

Categoria realiza paralisação de 24 hs apesar da tentativa de intimidação praticada pela diretoria da Caema

Em São Luís e regionais, trabalhadores deliberaram por continuar a negociação



Os Trabalhadores e trabalhadoras da Caema fizeram paralisação de 24 horas nesta segunda, 06 de fevereiro. E, reunidos em Assembleia Geral em São Luís e nas Regionais de Imperatriz, São João dos Patos, Presidente Dutra, Pedreiras, Santa Inês, Pinheiro, Chapadinha e Itapecuru, durante a paralisação, discutiram a contraproposta apresentada pela Caema, através de ofício de 03 de fevereiro/2023, e deliberaram por:

01 – APROVAR o Reajuste de 12% , com complemento do adiantamento dos 6% (seis por cento) concedido em Julho de 2022, sendo implementado neste mês de FEVEREIRO/2023;

02 – APROVAR continuidade das negociações, com nova Reunião Caema X StiuMa a ser realizada no dia 08 de Março de 2023;



03 – APROVAR o pagamento/regularização das pendências referentes aos Adicionais de Periculosidade e Insalubridade até Março/2023, bem como finalizar o levantamento até dia 17 de fevereiro de 2023 de todas as pendências do Adicional de Qualificação;

04 - APROVAR a redução da paralisação de advertência de 48 horas, aprovada em Assembleia anterior, para 24 horas, já em curso neste dia 06; e,

05 – APROVAR a realização de nova Assembleia no dia 13 de março próximo e, caso não avancem as negociações, deliberar por greve por tempo indeterminado.

Importante registrar ainda que o Sindicato cumpriu na íntegra a liminar concedida à Caema pelo Tribunal Regional do Trabalho, em resposta ao Processo TRT – TutCautAnt N° 0016056-39.2023.5.16. Os trabalhadores da área operacional/turno ininterrupto de revezamento não participaram da paralisação, os portões ficaram abertos, dentre outras determinações da liminar.

Intimidação Não - Também é essencial registrar que o StiuMa repudia a postura da diretoria da Caema que adia a solução do impasse, descumpe o que ela própria havia acordado em mesa de negociação, em 2022, acerca da complementação do reajuste salarial e, pior, apela para medidas intimidatórias e autoritárias diante do direito legítimo da categoria de reivindicar.

Assembleias, paralisações e greves são instrumentos de organização e luta da classe



trabalhadora na defesa de seus direitos e de vida digna. É inaceitável que um gestor tente proibir, chegando a acionar até força policial para um movimento pacífico, legítimo e devidamente comunicado.

Certamente seria mais produtivo que a gestão da Caema gastasse seu tempo analisando detidamente as contas, refletindo sobre decisões administrativas que não ajudam a saúde financeira da empresa e buscando soluções efetivas para cumprir sua palavra com os trabalhadores e trabalhadoras que nada mais querem que seus direitos.

Insistimos que uma das saídas é rever os gastos com comissionados. No Governo Roseana, eles eram em torno de 97 contratados. No Governo Flávio Dino saltou para a casa dos 100 e, segundo a própria empresa, hoje, chega a 144, mas há quem diga que o número de comissionados ainda é maior que isso. Soma-se salários, benefícios e outros, o total gasto com estas pessoas é considerável.

Nesta lista, temos ainda cobrança de grandes devedores, especialmente as prefeituras; revisão de contratos; política de hidrometração e outras medidas. Mas a Caema só quer economizar às custas dos trabalhadores e trabalhadoras.

O Sindicato, os trabalhadores e as trabalhadoras da Caema lamentam a postura da empresa, reiteram sua disposição de dialogar e avançar nas negociações, mas avisam que ninguém pode deter a luta da classe trabalhadora por dignidade.

A luta continua sempre, doa em quem doer.

